

Economic Analysis of Law Review

PREFÁCIO

Maurício Dalri Timm do Valle¹
Universidade Católica de Brasília
Editor

Benjamin Miranda Tabak²
Fundação Getúlio Vargas
Escola de Políticas Públicas e Governo
(FGV/EPPG)
Editor

Eduardo Silva Luz³
Universidade Católica de Brasília
Editor

Apresenta-se ao público com maior estima, honra e satisfação a nova edição da *Economics Analysis of Law Review*, periódico vinculado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado em Direito da Universidade Católica de Brasília.

Tem como principal finalidade disseminar estudos teóricos e empíricos que abordem novas e mesmo antigas questões jurídicas com um prisma inovador. Empregando tradicionais disciplinas econômicas como microeconomia, a teoria dos jogos, econometria e a teoria da escolha pública (*public choice*), além de fazer uso de disciplinas mais recentes como economia comportamental ou mesmo de outras áreas como sociologia e a biologia evolucionária, demonstrando o amplo espectro sob o qual pode-se analisar e trabalhar o Direito, fora da estudo jurídico tradicional.

Neste momento inicial é oportuno reconhecer e agradecer o esforço da Equipe Editorial, bem como o trabalho de todos os pareceristas anônimos na qual atuando voluntariamente tiveram um papel essencial para a publicação desta nova edição da EALR. Comunicamos ainda que este ano pela primeira vez, a revista será publicada de forma trimestral, sendo esta de Janeiro – Abril, e as posteriores consecutivamente em Maio - Agosto, Setembro – Dezembro. Ressaltamos ainda que a revista funciona sob o sistema de submissões em fluxo contínuo, não realizando assim chamadas específicas para artigos.

¹ E-mail: benjaminm.tabak@gmail.com

² E-mail: mauricio_do_valle@hotmail.com

³ E-mail: eduardoluz.silva@hotmail.com

A edição 9.1. da *Economic Analysis of Law Review* é constituída por 20 artigos provenientes de várias regiões do Brasil e do Exterior que tratam de temas atuais sob a ótica da Análise Econômica do Direito. Dentre autores e coautores que compõem essa edição temos **38**, sendo que destes “**29 (77%)**” são doutores ou doutorandos, “**8 (21%)**” são mestres ou mestrandos e “**1 (2%)**” são graduados ou graduandos em Direito ou Economia, anota-se que em ao menos **18** artigos há a presença de ao menos um doutor entre os autores.

Ressalta-se ainda que destes números “**17 (85%)**” dos artigos são de autores e coautores vinculados a instituições de fora do Distrito Federal e que “**3(15%)**” dos artigos são de autores e coautores vinculados a instituições do Distrito Federal. Em termos regionais esta edição conta com “**3 (15%)**” autores do Nordeste, “**7 (35%)**” do Sudeste, “**4 (20%)**” do Sul, “**3 (15%)**” do Centro-Oeste e “**3 (15%)**” estrangeiros. Essa mesma diversidade geográfica de instituições é encontrada no corpo de pareceristas, que é em sua maioria de outros Estados (**85%**) e de outros países. Esses números denotam o amadurecimento contínuo da área assim como a abrangência nacional e internacional que reveste a *Economic Analysis of Law Review*.

O presente número inicia-se com o artigo dos autores Marcelo Justus e Gustavo Oliveira Aggio que examinam o papel da educação de nível superior na dimensão dos protestos contra o Governo Dilma Rousseff e contra a corrupção ocorridos no Brasil entre março de 2015 e março de 2016.

Em seguida, Karina Denari G. de Mattos e Mauro Osório da Silva aplicam a teoria da Sabedoria Convencional (*Conventional Wisdom*) em uma análise comportamental e decisória do Supremo Tribunal Federal.

O artigo de Felipe Mendonça Lopes trata acerca do efeito das transmissões pela TV Justiça no comportamento e no processo deliberativo dos Ministros do STF.

O quarto trabalho desta edição é do autor Eduardo Goulart Pimenta na qual se predispõe a tratar acerca da estrutura normativa da tomada e monitoramento de decisões corporativas utilizando a metodologia da Análise Econômica do Direito.

Em seguida Wilson de Jesus Almeida e Antonio C. Hsiang trabalham como se deu a construção do conceito de civilização ocidental.

Pedro Fernando Nery e Fernando B. Meneguín analisam as questões suscitadas com a alteração da legislação eleitoral no âmbito da reforma política e os comportamentos que emergem destas.

A seguir Guilherme Dourado Aragão Sá Araújo pesquisa acerca do impacto financeiro e econômico das novas tecnologias nas relações entre Estado e contribuintes, analisando suas tendências evasivas.

O oitavo artigo publicado nesta edição é o de Leonardo Gomes Ribeiro Gonçalves que realiza uma análise da introdução da Regulação na legislação brasileira sob análise do caso concreto da Ferrovia “Nova Transnordestina”.

Giovanna Rosa Perin de Marchi e Juliana Marteli Fais Feriato desenvolvem uma pesquisa acerca da análise econômica do instituto jurídico da Recuperação Judicial a fim de verificar a eficiência deste.

O décimo artigo da edição de Paulo Franco e Antonio Maristrello Porto utilizam-se da análise econômica e da teoria da perda de uma chance para analisar o valor e como as indenizações são determinadas pelos juízes.

Lisandro Fin Nishi, Marianne Stampe e Leonardo Battistotti Nunes estudam o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e as propostas legislativas que visam elevar sua remuneração.

Ari Francisco de Araújo Junior, Cláudio Djissey Shikida e Frank Magalhães de Pinho realizam uma interessante pesquisa para a partir da análise econômica do crime compreender os determinantes das punições e violações de regras nos jogos da série A do Campeonato Brasileiro de Futebol de 2012.

Bráulio Cavalcanti Ferreira, Bruna Pamplona de Queiroz e Everton das Neves Gonçalves refletem sobre os Programas de Compliance através da lente jurídico e econômica da AED.

Eric Millard traduzido por Luana Renostri Heinen procura compreender quais são as contribuições da AED para a Ciência do Direito.

Gina Marcílio Pompeu realiza uma análise do efeito das novas tecnologias da informação como forma de alcançar uma atuação conjunta dos cadastros positivo e negativo de dados a fim de alcançar maior eficiência na circulação creditícia.

Leonardo Martins Wykrota, Alvaro Ricardo de Souza Cruz e André Matos Almeida apresentam um pouco da polêmica e das críticas em torno da Análise Econômica do Direito de Posner.

Renata Rodrigues Ramos a escreve um artigo no âmbito da Nova Economia Institucional de F. A. Hayek apresenta o conceito de *Império da Lei* e Estado de Direito inspirada na tradição anglo-saxã, ou programa evolucionário.

O último artigo dessa edição é a Camila Cabral Pires-Alves avalia em seu trabalho evidências econômicas na política antitruste tentando buscar soluções institucionais para os problemas levantados no decorrer do texto.

Agradecemos aos autores desta edição supracitados, bem como convidamos a todos os pesquisadores de AED a considerarem a *Economic Analysis of Law Review* como instrumento de difusão de suas pesquisas. Desejamos ainda que os artigos que compõem essa edição possam incentivar diálogos, debates e provoquem novas inquietações servindo como fundamento para o desenvolvimento de pesquisas que tenham como fundamento a Análise Econômica do Direito seja no Brasil ou Internacionalmente.

Brasília, 30 de Abril de 2018.